

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
BIBLIOTECA PROF. BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA
“INFORME SEBIB Nº 25/13”

A Seção da Biblioteca recebeu os seguintes periódicos:

REVISTA DIALÉTICA DE DIREITO TRIBUTÁRIO Nº 218 – nov/2013

SUMÁRIO

- O direito à manutenção integral dos créditos de ICMS quando o preço de venda da mercadoria é inferior ao custo de aquisição – críticas ao posicionamento do STF no RE nº 437.006/RJ – *André Mendes Moreira, Donovan Mazza Lessa e Marcos Correia Piqueira Maia*
- Do conceito de prêmio introduzido na legislação de preço de transferência aplicada a *commodities* pela Lei n. 12.715/2012 – *Andressa Guimarães Torquato Fernandes*
- Renúncia à esfera administrativa: histórico, requisitos e equívocos na aplicação do parágrafo único do art. 38 da LEF – *Daniel Serra Lima*
- Dimensão objetiva da liberdade fiscal – *Diego Galbinski*
- Cancelamento da inscrição da empresa no cadastro de contribuintes: sanção política ou medida protetiva da ordem econômica? – *Eduardo Moreira Lima de Castro*
- Exceção de pré-executividade nas execuções fiscais: o problema da decadência e da prescrição – *Flávia Vieira Salles e Marcus de Freitas Gouvêa*
- Tutela coletiva em Direito Tributário – *Guilherme Peloso Araujo*
- O direito ao crédito do ICMS e o diferimento – uma análise de suas várias hipóteses, em confronto com o posicionamento do STF e STJ – *Jorge Sylvio Marquezi Junior*
- Sobre o todo e suas partes no sistema tributário nacional – *José Souto Maior Borges*
- A multa qualificada na jurisprudência administrativa. Análise crítica das recentes decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – *Paulo Coviello Filho*
- Regime jurídico de recursos públicos relacionados à parceria público-privada (PPP) para construção de obras e prestação de serviços (Leis nºs 11.637/2008 e 11.941/2009 sobre as subvenções para investimento, e Lei 11.079/2004, com a redação da Lei nº 12.766, de 30 de dezembro de 2012, sobre o regime jurídico da PPP) – *André Saddy e João Dácio Rolim*
- ICMS. Transferência de mercadoria entre estabelecimentos da mesma empresa situados em diferentes unidades da Federação. Base de cálculo. Lei Complementar nº 87/1996, art. 13, parágrafo 4º, I. Conceito de valor da entrada mais recente – *Ives Gandra da Silva Martins e Fátima Fernandes Rodrigues de Souza*

REVISTA DIALÉTICA DE DIREITO PROCESSUAL Nº 128 – nov/2013

SUMÁRIO

- Reflexos processuais das dispensas normativas de impugnação da Fazenda Nacional no contencioso judicial tributário – *Danny Monteiro da Silva*

- Medida cautelar fiscal: 20 anos de vigência da Lei 8.397/1992 – *Edílson Pereira Júnior*
- Reexame necessário no processo previdenciário – estudo de caso jurisprudencial de revisão do julgado pelo segundo grau em desfavor da autarquia federal – *Fernando Rabin*
- A citação e o acesso à justiça – *Gelson Amaro de Souza*
- Ainda a questão do recurso prematuro – *Hugo de Brito Machado*
- Prescrição e decadência em sede cautelar – *Juvêncio Vasconcelos Viana*
- Tutela das obrigações de declaração de vontade: análise de sua eficácia, modo de satisfação e da (im)possibilidade de antecipação dos efeitos da tutela – *Lucas Buril de Macedo e Ravi Peixoto*
- Juízes leigos nos juizados especiais cíveis: análise da Resolução nº 174 do Conselho Nacional de Justiça – *Oscar Valente Cardoso*
- Hipótese de congelamento do prazo da prescrição da pretensão executiva – *Péricles Prade*
- Os princípios do processo coletivo como elementos integrantes de um microsistema processual coletivo – *Rafael José Nadim de Lazari*
- Adjudicação – nulidade da primeira avaliação – contaminação – ausência de auto de adjudicação – direito de remir a execução – possibilidade de impugnação por embargos de segunda fase – *Pedro Henrique Pedrosa Nogueira*

REVISTA MAGISTER DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL Nº 55 – ago-set/2013
SUMÁRIO

- Primeiras reflexões sobre organização criminosa – Anotações à Lei 12.850/2013 – *Cezar Roberto Bitencourt*
- Criminalidade econômica organizada – *Luiz Flávio Gomes*
- A nova Lei de Organização Criminosa – Lei nº 12.850/2013 – *Rômulo de Andrade Moreira*
- O elemento subjetivo nos crimes contra a honra – *Adel El Tasse*
- Nexo de causalidade e imputação objetiva: discussões pertinentes e breve análise do cenário brasileiro – *Vinicius Gomes de Vasconcellos e Gabriel Pinto Guedes*
- O prazo de agravo no Processo Penal – *Kiyoshi Harada*
- O reconhecimento da insignificância em relação aos delitos contra a ordem tributária e estelionato contra a Fazenda Nacional – uma justificação utilitarista para a adoção de igual parâmetro – *Adriane Pinto Rodrigues da Fonseca Pires*

Os exemplares estão disponíveis para consulta dos interessados

Salvador, 13 de novembro de 2013